

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.618 - AL (2018/0347127-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : ADRIANO TAVARES DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PLEITO DE IMPRONÚNCIA POR AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Adriano Tavares da Silva** contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, dirigido contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Alagoas no Recurso em Sentido Estrito n. 0002570-12.2013.8.02.0053, assim ementado (fl. 267):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME DE HOMICÍDIO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. NÃO VERIFICAÇÃO. RELATOS DE TESTEMUNHA E DECLARANTE INDICANDO SER O RECORRENTE O AUTOR DO DELITO. INDÍCIOS DE AUTORIA. CONFIGURAÇÃO DO *PERICULUM LIBERTATIS*. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA EXERCER ANÁLISE MERITÓRIA PROFUNDA E DEFINITIVA, SENDO SUFICIENTE, PARA O PRONUNCIAMENTO DO ACUSADO. QUALIFICADORAS QUE DEVEM FICAR AO CRIVO DO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1 - A decisão de pronúncia deve ser embasada em indícios suficientes de autoria delitiva e materialidade do crime, fundamentada em um suporte probatório mais robusto, porém distinto daquele necessário para embasar a condenação do réu.

2 Bem assim as qualificadoras do crime de homicídio, vedado ao magistrado usurpar competência do Tribunal do Júri quanto às suas presenças, analisando apenas indícios de sua existência.

3 Recurso conhecido e, no mérito, improvido.

Nas razões do recurso especial (fls. 276/282), a defesa alega

violação dos arts. 413, *caput* e 414 do Código de Processo Penal. Em suma, sustenta a *falta de indícios suficientes de autoria/participação* (fl. 278).

Apresentadas contrarrazões (fls. 289/290), tendo o recurso especial sido inadmitido pela Corte de origem por aplicação da Súmula 7/STJ (fls. 293/297). Contra tal decisão foi interposto o agravo em análise (fls. 308/312), com contraminuta ofertada às fls. 317/318.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 332/336).

É o relatório.

O inconformismo não merece abrigo.

A pretensão recursal está fundada na alegação de *falta de indícios suficientes de autoria/participação contra o recorrente* (fl. 278).

Todavia, o Tribunal local concluiu que *o conjunto probatório acostado fora suficiente para permitir ao magistrado singular realizar um juízo de admissibilidade, próprio da fase processual aqui tratada* (fl. 271). Afirmou-se, no acórdão, haver indícios suficientes, *diante dos depoimentos e declarações nos autos* (fl. 271).

Logo, a pleiteada desconstituição do entendimento firmado pela Corte estadual é medida que extrapola o âmbito de análise do especial, por exigir nova incursão no acervo fático dos autos.

Com efeito, a manutenção da sentença de pronúncia se deu a partir da análise dos elementos constantes dos autos. E a tentativa de modificar essa conclusão é pleito que exigiria um indevido revolvimento do conjunto fático-probatório, providência descabida no especial, em face do óbice contido na Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp n. 327.513/ES, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 13/5/2015.

De todo modo, o caso seria de aplicação da Súmula 568/STJ, uma

vez que o entendimento exarado está em perfeita conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior acerca do tema.

Com efeito, por não revelar juízo de mérito, mas apenas de admissibilidade da acusação, a pronúncia exige apenas a *demonstração da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme disciplina o art. 413 do Código de Processo Penal* (AgRg no REsp n. 1.525.082/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/6/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *a*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator